

## Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo?

A presença de Oliveira Vianna na vida intelectual brasileira deste século é freqüentemente subestimada, especialmente entre os que passaram a viver os problemas políticos e culturais de forma plenamente consciente a partir dos anos 60. Esta presença se faz notar, por exemplo, quando o vemos citado por Carlos Estevam, aceitando este a mais que discutível idéia de que a nossa “é uma sociedade amorfa”,<sup>1</sup> ou quando ouvimos sobre a proposta da publicação de suas obras completas; é preciso, neste caso, esclarecer a quem pode ser útil a “redescoberta” de um autor difundido pelos integralistas.<sup>2</sup> Ainda digno de observação é o fato de encontrarmos suas obras citadas por obscuros profissionais liberais transformados em administradores no interior do país, numa inequívoca demonstração de que seus trabalhos conseguiram, entre as gerações que contam hoje mais de 50 anos, uma penetração ainda pouco corretamente avaliada. Mais

que isso: é possível seguir o rastro da sua presença em alguns produtos intelectuais do antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Menos contraditória, mas sem dúvida inesperada, é a sua influência sobre o curso de história da educação da antiga Faculdade Nacional de Filosofia: leia-se a introdução às *"Instituições Políticas Brasileiras"* de Oliveira Vianna e saber-se-á imediatamente de onde foi tirada grande parte do conteúdo do curso introdutório à história da educação e como os mitos reacionários podem chegar a atuar sobre ingênuas adolescentes recém-saídas da escola normal.

Sobre Oliveira Vianna são amplamente conhecidos o ensaio de Nelson Werneck Sodré<sup>3</sup> e o estudo de Astrojildo Pereira intitulado *"Sociologia ou Apologética?"*, escrito em 1929 e reunido com outros estudos em *"Interpretações"*.<sup>4</sup> Ambos os autores se concentraram, com muita justiça, sobre o caráter racista e de apologia das classes dominantes que permeia a obra *"Populações Meridionais do Brasil"*. Nosso objetivo neste artigo é duplo: por um lado, parece-nos valer a pena complementar os estudos citados, especialmente o de N. W. Sodré, com uma confrontação entre a obra de O. Vianna e suas "fontes" na literatura racista estrangeira da época, algo que W. Sodré apenas refere de forma rápida e irônica — sem deixar, entretanto, de assinalar que O. Vianna elaborou e adotou as idéias dos "mestres" do século XIX, cujas teses "científicas" podem hoje ser contestadas por qualquer leigo de bom senso.<sup>5</sup> Sodré, entretanto, limitou a sua análise à obra *"Populações Meridionais do Brasil"*, por ocasião da sua 6.ª edição. Limitando-se a ela, ele deixou também de lado o Oliveira Vianna mais influente nas últimas décadas, ou seja, aquele que evitou as formalizações racistas explícitas e passou a analisar a sociedade brasileira, mantendo-as subjacentes, mas cuidando de evitar a sua identificação imediata. A este "último" Oliveira Vianna queremos dedicar algumas observações, tentando mostrar a conexão lógica e necessária entre o "velho" e o "novo" — cronologicamente — em sua obra, a partir do pensamento clássico da direita europeia racista e imperialista.

As influências menores sofridas por O. Vianna são numerosas; trataremos aqui somente daquelas que nos parecem essenciais: a de Gobineau e a dos teóricos racistas da geração seguinte, Va-

- 
1. Entrevista de Carlos Estevam à revista VISÃO de 11-03-74, p. 153.
  2. Trindade, Hérclo. *Integralismo*. São Paulo, 1974.
  3. Werneck Sodré, Nelson. "Oliveira Vianna — o racismo colonialista", In: *A ideologia do colonialismo*. MEC/ISEB, Rio, 1961, pp. 126-267.
  4. Pereira, Astrojildo. *Interpretações*. Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1944, pp. 161-178.
  5. W. Sodré, N. op. cit., pp. 188-189.

cher de Lapouge e Gustave le Bon. É verdade que O. Vianna não cita Gobineau com a mesma frequência com que cita os demais; sua influência, entretanto, nos parece fundamental. Concordamos afinal com Ernst Bloch em que “os racistas retornam sempre (...) a Gobineau como principal antepassado do absurdo”.<sup>6</sup> Os racistas posteriores são elementos que, com maior ou menor originalidade, mediatizam idéias de origem por vezes bem remota mas que encontraram sua expressão sistemática em Gobineau. Não é casual, pois, que Lukács<sup>7</sup> também tenha se dedicado à análise da obra de Gobineau, antes de passar ao estudo dos teóricos do darwinismo social e dos racistas diretamente vinculados à ideologia nazista.

Compreende-se que Oliveira Vianna — como intelectual que tratou de problemas específicos da sociedade brasileira — exerça uma certa atração sobre os elementos que hoje se dedicam à mesma tarefa. Alguns aspectos da sua obra, como o realce do papel do isolamento do interior na formação da sociedade brasileira e de aspectos do autoritarismo dele decorrente, são especialmente atraídos. O seu pseudo-nacionalismo e o seu pseudo-populismo (populismo no sentido de que da “alma” do nosso povo, de suas características, devem ser induzidas as nossas instituições<sup>8</sup> — e não no sentido clássico latino-americano), apresentados sob uma aparência científica, tem no entanto conduzido a muitos equívocos. A função social da sua obra tem sido, na verdade, a de operar como arsenal de argumentos e armas ideológicas das forças reacionárias, autoritárias e anti-nacionais; ela está dedicada à apologia das classes dominantes e ao combate à democracia, à justificação do racismo e da exploração imperialista. Uma “redescoberta” de O. Vianna pelas esquerdas só pode ocorrer, portanto, pelo absurdo, ou seja, pelo pinçamento de algumas idéias que, retiradas do seu contexto e isoladas de suas conexões, deixam de ter algo a ver com

---

6. Bloch, Ernst. *Die erste deutsch Rassenphilosophie*, escrito em 1934 sob o pseudônimo de Karl KneB e transcrito com outros ensaios de Bloch em *Von Hasard zur Katastrophe*, Politische Aufsätze aus den Jahre 1934-1939. Frankfurt/M, 1972, p. 7. Bloch mostra que antes da publicação do “Essai sur l’inegalité des races humaines” (1854), a principal obra de Gobineau, havia aparecido a obra de Friedrich Klemm (“Allgemeine Kulturgeschichte der Menschheit”, 1845). Esta obra teria influído sobre Gobineau, cujo “Essai” foi escrito durante a sua estada na Suíça e Alemanha como funcionário diplomático entre 1849 e 1852.

7. Lukács, Georg. *Die Zerstörung der Vernunft*. Neuwied, 1962, pp. 112-124.

8. Populismo aqui entendido menos como manipulação das massas por líderes carismático-modernizadores do que como “Volkstumideologie”, como a ideologia que nasce das condições de vida do povo e que se exprime nos seus costumes e modos de vida. Ver Wolfgang Emmerich. *Zur Kritik der Volkstumideologie*. Pfm, 1971.

o referido autor. A aparência nacionalista e populista de seus escritos precisa, por isso, ser analisada dentro do conjunto da sua obra.

## 1. ARIANISMO E EXALTAÇÃO DAS ELITES

No início do século as relações raciais no Brasil tornaram-se o tema por excelência dos escassos estudos da sociedade brasileira, provavelmente por dois motivos complementares: por um lado, colocava-se o problema da integração do negro livre à sociedade, como cidadão; por outro lado, as teorias racistas ganharam muita influência na Europa a partir do final do século XIX — multiplicando-se os estudos antropológicos contra e a favor da teoria da desigualdade das raças — refletindo-se na disputa teórica os anseios imperialistas da Alemanha tardiamente unificada ou as necessidades de legitimação do imperialismo anglo-saxão. Entre nós a questão das relações raciais mereceu atenção, entre outros, de Alberto Torres<sup>9</sup> e constituiu o cerne das obras de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Fazemos, porém, entre os dois uma distinção essencial: enquanto Gilberto Freyre apóia-se sobre a teoria da igualdade das raças — mesmo que a partir dela ele se dedique a exaltar as virtudes do colonizador português (mostrando assim que mesmo a teoria da igualdade das raças pode coexistir com a legitimação do colonialismo) e desenvolver o seu “luso-tropicalismo” — Oliveira Vianna parte do princípio “gobinista” da desigualdade das raças humanas. Entre um “Franz-Boas’ boy” — para usar a cruel expressão de Guerreiro Ramos<sup>10</sup> — e um “Gobineau’s boy”, há uma diferença que não pode ser ignorada e que determina mesmo a importância e a seriedade com que devem ser tomadas as afirmações desses escritores.

Salta aos olhos, à primeira leitura dos livros mais antigos de Oliveira Vianna, o seu arianismo. É necessário, por isso, remontar

---

9. Alberto Torres sempre se manifestou pela tese da igualdade das raças e pelo favorecimento da nossa população, formada pelas misturas raciais. Ver, por ex., *O problema nacional do Brasil*, 3.ª ed., São Paulo, 1938, pp. 41 ss e 121-178 (capítulo: “Em prol das nossas raças”).

10. Guerreiro Ramos, A. Entrevista a *Última Hora* (julho/1956), transcrita em *Introdução crítica à sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, 1957. Aliás, Gilberto Freyre na 2.ª edição de *Sobrados e Mucambos* (Rio, 1951) ataca diretamente tanto Gobineau quanto O. Vianna. Ele ironiza as “idéias e escrúpulos de branquidade exageradamente arianos” de muita gente com sangue negro correndo nas veias (p. 1058), incluindo entre eles o próprio Oliveira Vianna. Na nota 21, p. 1090, ele ataca diretamente as posições favoráveis ao arianismo na obra de O. Vianna e aplaude a sua “mudança de posição” na recém-publicada obra, *Instituições Políticas Brasileiras* (1949).

às origens e funções sociais primitivas do arianismo para se poder chegar a entender a sua defesa no Brasil.

O que é o arianismo? Aceitamos a definição de Seillière: "o arianismo é uma filosofia da história que atribui as aquisições morais e materiais da humanidade à influência quase exclusiva da raça ariana".<sup>11</sup> A definição corresponde à estrita verdade: comparem-se os textos dos racistas e encontrar-se-á sempre, explicitamente, a utilização do arianismo como instrumento de interpretação da história.<sup>12</sup> Mas tal filosofia da história não nasceu nos países considerados "arianos"; nasceu exatamente na França onde, desde o século XVIII e mesmo antes, a aristocracia se sente ameaçada em seus privilégios. Nasceu como uma forma de defesa dos privilégios aristocrático-feudais (contra a centralização, contra o iluminismo, contra a revolução): a nobreza, ao reduzir o problema das classes ao problema das raças, buscava um fundamento menos vulnerável para suas prerrogativas. Desde o final do século XVI acendera-se na França a discussão sobre a origem das classes sociais em conexão com as raças formadoras do povo francês. Elementos progressistas pretendem apresentar a população como racialmente homogênea (mistura de gauleses, romanos e francos), abrindo caminho para a reivindicação da igualdade de direitos; Luís XIV, para resolver problemas internos e favorecer a centralização (enfraquecendo o poder dos senhores feudais), estimula as interpretações "celtistas" da história francesa (os francos seriam celtas — e não germanos — que penetraram na Gália para livrarem seus irmãos de raça do domínio romano), cuja conseqüência era colocar a nobreza, racialmente, no mesmo nível dos servos. Mas a nobreza se defende, especialmente através da obra do conde de Boulainvilliers:<sup>13</sup> os nobres se distinguiriam racialmente da população comum (galo-romana) por descenderem dos conquistadores francos (germanos, e portanto, arianos), que constituiriam a "minoria energética" responsável pela criação de tudo que poderia ser apreciado positivamente na França. A nação estava, portanto, desde tempos remotos, inexoravelmente dividida entre vencedores e vencidos, entre uma elite de sangue germânico e um povo de raça inferior. Nas suas próprias origens, pois, o arianismo está ligado à defesa

---

11. Seillière, Ernest. *Le comte de Gobineau et l'aryanisme historique*. Paris, 1903. Introduction, p. I.

12. Veja-se, por ex., em Vacher de Lapouge, *Les Sélections Sociales*, Paris, 1896: "A filosofia da história está contida quase inteira no estudo das seleções sociais" (p. 204); "Gobineau é certamente um dos espíritos mais esclarecidos deste século e o único que chegou a uma exata concepção da filosofia da história" (p. 66).

13. Sobre as origens do racismo francês e a obra do conde de Boulainvilliers (1658-1722), ver a Introdução da já citada obra de Ernest Seillière.

dos direitos da classe dominante, ao combate à democracia, ao mito dos homens excepcionais que compõem as minorias criadoras e à valorização e justificação do afã de domínio e conquista.

Gobineau é o continuador dessa corrente de reação feudal. Sua obra, porém, é posterior à Revolução Francesa: não se trata, de uma luta contra a ameaça potencial de uma revolução, mas de uma fundamentação pseudo-científica para a defesa da restauração da velha ordem — que reflete os interesses e o ponto de vista da nobreza e do partido da ordem. Com Gobineau, a ideologia da aristocracia feudal atinge um nível de expressão sistemática nunca antes alcançado, numa obra ampla como o “*Essai sur l'inégalité des races humaines*”.<sup>14</sup> Mesmo os racistas mais recentes, ligados à ideologia nazista, que repudiam o “intuitivismo-indutivo” de Gobineau por pretenderem ser realmente “científicos”, prestam homenagem ao conde francês como precursor do racismo moderno.<sup>15</sup>

Escritores racistas como Vacher de Lapouge e Gustave Le Bon já não têm as mesmas motivações aristocráticas de Gobineau; representam uma reação que já aceitou em grande medida o modo de produção capitalista e que se dedica, entre outras coisas, a combater a “ameaça socialista”. Une-os a todos, porém, a utilização da teoria racista como instrumento de defesa das classes dominantes, internamente, e do imperialismo — externamente — como direito das raças mais puras. Em Gobineau, a tensão entre estas duas funções até certo ponto contraditórias (na medida em que exige, de um lado, a defesa da desigualdade interna ao mesmo tempo em que obriga a valorização do conjunto do povo para justificar o seu domínio sobre outros povos), era menos visível, porque a primeira delas dominava amplamente a segunda, enquanto reafirmação dos direitos da nobreza. Os racistas sem compromissos com a aristocracia continuam a defender a desigualdade entre os próprios brancos, mas terão que suavizar suas exigências, por dois motivos: de um lado, porque cresce o papel da justificação do imperialismo e, de outro, porque a dominação burguesa — em contraste com a dominação da aristocracia — não exclui a possibilidade de ascensão social. Assim, a defesa da dominação da burguesia exigia dos racistas a busca de novos critérios, mais fle-

---

14. Gobineau, A. de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. 4 vol. Paris, 1856.

15. Lukács, Georg. *Die Zerstörung...* op. cit., 3.º vol., p. 132 ss. A vinculação entre Gobineau e o racismo do século XX é, aliás, bastante evidente. Franz Neumann afirma mesmo que “a grande popularidade do racismo data da publicação do trabalho dileitante de Houston Stewart Chamberlain “foundations of the 19th century”, que é uma adaptação do “*Essai sur l'inégalité des races humaines*” do conde de Gobineau” (*The structure and practice of national socialism*, 1933-1944. New York, 1963).

xíveis; critérios que o darwinismo social bem podia oferecer. Ora, a passagem de Gobineau a Lapouge corresponde exatamente à passagem do arianismo puro ao darwinismo social como filosofia da história. Onde se coloca, então, o nosso Oliveira Vianna? No Brasil o racismo não poderia preencher uma função de justificação imperialista, necessária na Europa em face da partilha da África e da grande expansão sobre a Ásia na segunda metade do século XIX; mas lhe cabia a justificação da dominação interna dos brancos e, portanto, da situação social na qual se encontrava a população negra, ou de origem negra, e indígena. E esse é um aspecto importante — central, mesmo — da obra de O. Vianna. As classes no Brasil são explicadas (como o faziam os racistas europeus em seus países) pelas qualidades das raças que as compõem. Vejamos quais são essas qualidades:

O. Vianna dedica-se extensamente — tal como Gobineau e Lapouge — à descrição das características físicas, psíquicas e intelectuais das diversas raças. Todos estão de acordo (não somente o conteúdo mas até mesmo o estilo é semelhante); tanto faz citar Gobineau,<sup>16</sup> Lapouge<sup>17</sup> ou O. Vianna.<sup>18</sup> A raça branca é, para todos eles, a mais inteligente, a mais bonita, a mais forte, a mais nobre; só ela era capaz de criar uma cultura, uma civilização superior, uma história digna — ou seja, uma história de conquistas e dominação sobre outros povos e uma ordem social fundada sobre o respeito à hierarquia e à autoridade. A raça negra, ao contrário, teria características de animalidade, pouca inteligência, avidez de sensações, instabilidade de humor. Os negros traziam, com suas características — segundo O. Vianna — “o contingente de maior confusão e discordância”, além da “fealdade repulsiva dos tipos negros puros”, servindo como “agentes de criminalidade e turbulência”.<sup>19</sup>

O. Vianna manifesta-se explicitamente contra a abolição. Com ela “o nosso povo entra numa fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história. Todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde esta data, completamente quebradas e desviadas”.<sup>20</sup> Sua objeção à libertação dos escravos era de ordem racial: “a lei da abolição de 1888 concorre para retardar a eliminação do *Homo afer* em nosso país — porque, não há dúvida de que, conservado em escravidão, ele teria desaparecido mais

---

16. Gobineau, A. de. *Essai...* op. cit., pp. 155-219.

17. Vacher de Lapouge, *Der Arier und Bedeutung fur die Gemeinschaft*. Curso dado na Universidade de Montpellier, 1889-1890. Tradução alemã em 1939, Frankfurt.

18. O. Vianna, *Evolução do povo brasileiro*. 3.ª ed., São Paulo, 1933, p. 138 ss.

19. *Ibidem*, pp. 138-147.

20. O. Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*. 3.ª ed., São Paulo, 1933. Introdução, p. XIX.

rapidamente".<sup>21</sup> Mas, se ele explicita o desejo de eliminar a população negra através das condições de vida oferecidas pelo regime de escravidão, ele não extrai — de público — todas as conseqüências da sua posição. As causas por ele apresentadas para tal desaparecimento nada tem a ver com a escravidão: o negro desaparecia rápido "devido ao alto índice de mortalidade do Homo afer em nosso meio", ao qual ele não se adapta bem (o que lembra a afirmação de Gobineau de que os pele-vermelhas norte-americanos morreram "de contato"). O branco, ao contrário, multiplica-se. Através de estatísticas, ele mostra que isso realmente acontece: a população branca cresce, enquanto a população negra diminui. Graças à alta mortalidade dos negros ("mais trabalhados pelas seleções patológicas") e à imigração "das melhores raças europeias", tínhamos podido diminuir o "índice de nigrescência de nossa gente, arianizando nosso povo e caminhando para um refinamento cada vez mais apurado da raça num processo de clarificação".<sup>22</sup> Com tal argumento, ele contesta simultaneamente Gobineau e Lapouge, que haviam afirmado que o Brasil seria um estado negro, voltando à barbárie; ao contrário, diz O. Vianna com orgulho: esses autores não haviam previsto "essas surpresas, realmente desconcertantes, das seleções étnicas operando sob os trópicos, nem a maravilha do seu funcionamento sob os nossos climas, incomparáveis na sua benignidade para o homem branco".<sup>23</sup> Graças a tal processo, combinado com os mecanismos da "seleção social" é que podíamos ter uma civilização brasileira, segundo a sua afirmação explícita: "...pela limitação e mesquinhez de seus objetivos, esses exemplares mais seletos e excepcionais da raça negra não trazem nenhuma contribuição apreciável ao progresso da massa colonial, nem podem ser computados como elementos enumeráveis no conjunto de forças que têm impellido para diante a nossa civilização. Esta é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio... não dão... às classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor".<sup>24</sup>

O. Vianna é, pois, o defensor dos privilégios da população branca em relação ao conjunto da população brasileira. Estudando o papel dos portugueses de olhos azuis e cabelos louros (dólico-louros, de Lapouge) na conquista do território, na produção da riqueza e da cultura e na administração do país, ele conduz o leitor à conclusão lógica de que seus descendentes mereciam conservar os privilégios que conquistaram. Por que surgiria em 1919 um ideólogo tão prestimoso para a defesa das nossas oligarquias? Um conjunto de motivos parece atuar nesse sentido. Em primeiro lugar, deve-

---

21. O. Vianna, *Evolução...* op. cit., p. 184.

22. *Ibidem*, pp. 175-186.

23. *Ibidem*, p. 185.

24. *Ibidem*, p. 160.

mos considerar o problema da imigração europeia e das reações nacionalistas às melhores condições oferecidas ao europeu, se comparadas àquelas desfrutadas pela nossa população mestiça. A preocupação em transformar o BRASIL num país “branco” através da imigração europeia pode ser identificada desde o início do século XIX<sup>25</sup> e é mais do que provável que a decisão de favorecer a imigração europeia ao invés de integrar economicamente grande parte da nossa população mestiça, marginalizada, tenha algo a ver com a intenção de “arianizar” o país. As vantagens desses “arianos” — fossem elas concedidas através da política de colonização do sul, fossem elas decorrentes de um nível de conhecimentos superior ao da população mestiça local — ao lado da dominação exercida pelos portugueses sobre o comércio a retalho, provocam uma reação nacionalista que, na segunda década do século, era considerável. Ora, O. Vianna aparece como uma reação a este nacionalismo, defendendo — a partir dos postulados da superioridade da raça branca e da preservação da pureza racial — as velhas famílias e os imigrantes. Por outro lado, a sociedade brasileira começara a mobilizar-se novamente como consequência das repercussões da primeira guerra mundial; não seria esta mobilização percebida como uma ameaça ao poder das oligarquias, reinstaladas no poder desde o final do século anterior? A insatisfação expressa nas greves e revoltas não seria uma causa suficiente para incentivar o desenvolvimento de uma justificação ideológica de dominação oligárquica? Além desses motivos, não devemos descartar a hipótese de Astrogildo Pereira: O. Vianna respondia também à revolução de outubro. Também ele, como seus mentores, elimina a luta de classes, diluindo-a na problemática racial. Não preencheria O. Vianna também a função de fornecedor de instrumentos teóricos aos que negavam a existência da “questão social” e da luta de classes na sociedade brasileira?”<sup>26</sup> Em “Populações Meridionais do Brasil”, afirmava ele: “entre nós não existem conflitos de classes ou raças... a paz, a tranquilidade e a moderação caracterizam a nossa história política”,<sup>27</sup> como consequência do “espírito inato de equidade, justiça e moderação, a fina sensibilidade moral, riquíssima de atributos nobres e cavalheirescos”<sup>28</sup> das oligarquias rurais. Estas nunca haviam sido extorsivas ou

---

25. Gilberto Freyre nos oferece alguns elementos dessa discussão em *Sobrados e Mucambos*, op. cit., 3.º vol., pp. 750-755. Como é sabido, Gobineau foi embaixador da França no Brasil e tornou-se grande amigo de D. Pedro II, reunindo-se com ele todos os domingos e mantendo — depois do retorno de Gobineau a Europa — constante correspondência, interrompida somente pelas viagens feitas em comum quando da estadia do Imperador na Europa. Veja-se a introdução de Jacques Molland às *Pages Choisis*, de Gobineau, Paris, 1905, pp. 71-77.

26. Pereira, Astrogildo. *Interpretações*. op. cit., pp. 174-175.

27. O. Vianna, *Populações Meridionais*... op. cit., p. 468.

28. *Ibidem*, p. 409.

espoliadoras: “o nosso despreocupado foreiro nada sabe de cor-veias nem de talhas: vive livre, paga o seu foro, trabalha quando quer e nada mais. O grande senhor rural é o seu protetor, o seu amigo, o seu chefe admirado e obedecido”.<sup>29</sup> Estas são citações tiradas exatamente do livro publicado em 1919, no qual se difunde o mito de que a história brasileira não é marcada pela violência — porque o povo, pacífico, aprecia a dominação e a classe dominante, magnânima, a exerce moderadamente.

Retornemos, porém, à questão do nacionalismo. Já verificamos que O. Vianna oferece argumentos contra o movimento nacionalista da época (voltado contra os imigrantes); no entanto, O. Vianna é conhecido como um precursor do nacionalismo brasileiro. Por quê? Entre outros motivos, que abordaremos no item 3, porque ele afirma a existência de uma civilização brasileira que deveria ser estudada em sua especificidade, em suas particularidades. Esta afirmação é feita pelo “jovem” O. Vianna em conexão íntima com a posição racista: esta civilização brasileira deriva exclusivamente de um grupo racial que se confunde com a classe dominante, latifundiária. Trata-se de uma interpretação “ariánista” da civilização brasileira: tudo que surgira de importante para a sua formação devia-se à “aristocracia territorial” que, como “ponto de concentração dos elementos arianos da colônia” era o grupo “que mais legitimamente representa o nosso povo e a sua mentalidade social”.<sup>30</sup> A civilização brasileira é, portanto, uma civilização européia em sua origem, mantida e desenvolvida pelos arianos imigrantes. Dela estão excluídas as “camadas plebéias” que, “pela profusa mistura de sangues inferiores” eram incapazes de cultivar o sentimento de decoro pessoal e o respeito pela autoridade e pela hierarquia. Estas eram qualidades da raça ariana, que se “apuravam” com o exercício do domínio, com os títulos e condecorações que não podiam “deixar de exercer uma reação salutar sobre o seu caráter e a sua conduta”.<sup>31</sup> Tais atributos raciais cresciam ainda com o regime dos latifúndios, estas “escolas de educação de classe no sentimento de orgulho e no culto do indivíduo moral”,<sup>32</sup> pela possibilidade oferecida por eles ao exercício de um “poder considerável sobre uma grande massa de homens”. Esta era, pois, a base da cultura e da civilização brasileiras; por isso mesmo, O. Vianna pode interpretar a história colonial como uma “trama” partida dos latifúndios, dedicando-se ao estudo dos chefes bandeirantes, “reservas de eugenismo acumulado” que “enfeixam as melhores qualidades de caráter”,<sup>33</sup> e deixando de lado os “rebel-

---

29. O. Vianna, *Populações Meridionais...* op. cit., p. 403.

30. *Ibidem*, p. 48.

31. *Ibidem*, p. 55.

32. *Ibidem*, p. 59.

33. *Ibidem*, p. 102.

des orgânicos" de sangue inferior: interessam-lhe os "dominadores de homens", aos quais cabe a propriedade da terra. A ligação entre a propriedade da terra e as qualidades descritas como prerrogativa ariana havia sido estabelecida por Gobineau no "Essai"<sup>34</sup> e o O. Vianna a tem como um dos postulados fundamentais na sua interpretação da história colonial brasileira.

A argumentação de O. Vianna é, aliás, rigorosamente "gobinista": só existe civilização quando predomina a raça branca; esta é ameaçada pelos negros, donde a necessidade de encontrar mecanismos para favorecer a sua extensão. Mas o que era a civilização? Para Gobineau era "um estado de estabilidade relativa", em que não existem revoltas nem revoluções.<sup>35</sup> Civilização confundem-se, pois, com a manutenção do "status quo", algo que só poderia ocorrer espontaneamente tratando-se de uma população branca. A contestação e a instabilidade são trazidas pelas misturas raciais com povos inferiores, que não possuem civilização. Ora, os racistas são pessimistas em relação ao futuro da civilização; mas O. Vianna não comparte deste pessimismo inteiramente e aí aparece mais um elemento de sua fé no futuro da nação brasileira: eliminando-se os negros e absorvendo-se a população "exótica" através do cruzamento sistemático dos mestiços com os brancos, o Brasil se transformaria num país "branco" dentro de algumas gerações. A civilização seria salva desde que, durante o processo de "clarificação" da população, a ordem fosse mantida a qualquer preço. Só então, quando o país tivesse retornado à "arianidade" dos seus conquistadores, é que se poderia falar de democracia.

O apoio para seu otimismo em relação ao futuro, O. Vianna vai buscar na obra de Vacher de Lapouge. Este afirma, com base nos mecanismos de seleção do seu darwinismo social, que as raças mestiças não são capazes de sobreviver; degeneram completamente caso só existam cruzamento entre os próprios mestiços ou retornam a uma das raças componentes, com a qual estejam em contato. Eliminando-se, pois, o negro e aumentando o número de representantes das "melhores raças européias", podíamos supor que dentro de algum tempo — apesar da sobrevivência na população de caracteres atávicos ligados ao *Homo afer* — retornaríamos à raça branca. O desdobramento do racismo por Lapouge era, aliás, mais adequado para atender as necessidades de O. Vianna que o de Gobineau: não se tratava mais de defender a existência de uma aristocracia mundial de 3.500 pessoas (Gobineau), mas de

---

34. Gobineau, A. de — "as idéias de nobreza e de posse (da terra) estão tão intimamente combinadas que é difícil descobrir se o homem é proprietário por ser nobre ou o inverso". *Pages choisies*, op. cit., p. 167 (texto escolhido na 6.ª parte do "Essai").

35. Gobineau, A. de. *Essai* ... op. cit., p. 93.

reconhecer a superioridade racial (e, portanto, intelectual, moral e psicológica) de 51 milhões de exemplares do *Homo europeus* (Lapouge). Isto permite a O. Vianna explicar um certo nível de mobilidade social que se iniciara ainda no período colonial. Como aceitar que plebeus enriquecessem e se tornassem proprietários de terras? Não significaria isso a “depressão da altitude moral” da classe dos proprietários rurais? O. Vianna responde que não, porque “esses adventícios são brancos genuínos, emigrados diretamente da península. O plebeísmo de suas origens não lhe afeta a inteireza do caráter superior”.<sup>36</sup> Desta forma, legítima O. Vianna o acesso à terra de todos os brancos; este acesso está, em princípio, vedado a todo o resto da população, por motivos de “eugenia social”: como deixar penetrar na classe dominante, aquela que cria a nossa civilização, elementos das raças inferiores, onde domina a corrupção de costumes, a falta de respeito pela autoridade etc.? Isso seria destruir a civilização brasileira. Mas a mobilidade social entre os brancos, a defesa da igualdade teórica de direitos e oportunidades, era perfeitamente possível; Lapouge a havia elevado mesmo a categoria de lei social, ou seja, afirmado a tendência constante do dócil-louro a passar das classes inferiores para as superiores,<sup>37</sup> ou seja, a ser socialmente “selecionado”. Desta forma a obra de O. Vianna cumpre duas finalidades: de um lado, ele encontra uma explicação plausível, dentro do seu universo ideológico, para a mobilidade branca no período por ele estudado, mantendo-se em condições para continuar a defender a denominação da classe “aristocrático-rural” com os mesmos argumentos que antes; por outro lado, ele se coloca implicitamente pelo favorecimento do imigrante no que concerne ao acesso à terra. Dentro do esquema de O. Vianna fazia mais sentido criar condições favoráveis ao estrangeiro ariano imigrante que nos vinha purificar, para que enriquecesse e tivesse acesso à terra e portanto ao poder, do que favorecer a nossa população mestiça, depositária de todas as imperfeições e deformações.

Mas, como sempre acontece, a dominação é justificada também pelo desejo imputado dos dominados — precisamente, desejo de serem dominados. Para O. Vianna o “nosso homem do povo é essencialmente... o homem que procura um chefe... a quem obedece com uma passividade de autômato perfeito”. Ele gosta disso, angustia-se, inquieta-se quando tem que deliberar por si mesmo.<sup>38</sup> Deixado em plena liberdade, deriva para a criminalidade, para a anarquia, amotina-se contra o poder, desenvolve atitudes de rebel-

---

36. O. Vianna, *Populações...* op. cit., p. 138. Veja-se o elogio da imigração e dos núcleos coloniais em *Raça e Assimilação*, S. P., 1932, p. 95 ss.

37. Vacher de Lapouge, *Der Arier...* op. cit., p. 285.

38. O. Vianna, *Populações...* op. cit., p. 221.

dia e insurgência.<sup>39</sup> Aí está a clássica psicologia das massas da extrema direita: o povo, formado por raças inferiores, precisa de um chefe forte e de um comando duro. Por outro lado, o homem do povo quer ser mandado; por outro, rebela-se. E O. Vianna vê a necessidade de impedir a rebelião através da autoridade. De saída, a rebelião das “classes inferiores” é ilegítima pelo simples fato de que elas são formadas por elementos racialmente inferiores — um argumento que não serve apenas à interpretação do passado mas à defesa dos privilégios presentes. A dominação de classe aparece, assim, totalmente justificada — racialmente — pela necessidade do homem comum, inferior, de obedecer e do homem ariano de mandar<sup>40</sup> e pela benignidade dessa dominação.

Cabia, porém, ainda a O. Vianna explicar e mesmo justificar a mobilidade inegável de alguns elementos mestiços na sociedade brasileira. Deixar de lado este fato, não reconhecê-lo como existente, era impossível para O. Vianna, porque ele mesmo era mulato. Ora, Lapouge reconhecera a existência de camadas dominantes também entre os povos “inferiores”, bem como o fato de que, entre os brancos, nem sempre os “dólico-louros” se encontravam nas posições de mando. Para explicar tal fenômeno, ele introduziu a noção de eugenismo ou de “capital eugênico das nações. Os “elementos étnicos superiores, capazes de dirigir e treinar as massas”, existiam em todas as raças, provenientes das suas “famílias eugênicas”.<sup>41</sup> A eugenia referia-se, no entanto, à raça à qual o indivíduo pertence; elementos negros eugênicos chegariam até o nível dos europeus medíocres. Os elementos eugênicos entre os arianos não somente estariam acima dos elementos eugênicos de outras raças, como o eugenismo seria mais freqüente entre eles: o eugenismo ocorria sempre e em toda parte, mas variava a “intensidade de seus efeitos e o valor dos indivíduos”.<sup>42</sup> Este princípio do eugenismo manifesta-se não somente no plano da pureza racial mas se exprime ao nível do social: os indivíduos selecionados socialmente para comporem a classe dominante são os elementos eugênicos de cada raça. E esta seleção social é medida pelo seu sucesso, pela sua capacidade de obter poder e de exercê-lo como parte da classe dominante. Se, portanto, se constata a presença de mulatos entre os proprietários, entre a classe dominante, é preciso encontrar uma explicação para sua “seleção social”: seria o resultado do cruzamento de um negro “eugênico” com branco. O grande problema do mestiço, para O. Vianna, era que mesmo quando ele herda a inteligência do branco — ele deve pagar tributo ao caráter do negro, à sua limitação e mesquinhez de objetivos.

---

39. O. Vianna, *Populações...* op. cit., p. 225.

40. Vacher de Lapouge, *Der Arier...* op. cit., pp. 240-241.

41. Vacher de Lapouge, *Des Sélections...* op. cit., pp. 77-78.

42. *Ibidem*, p. 79.

Mas ele abre o caminho para as exceções ao admitir que podem existir combinações hereditárias favoráveis, explicando deste modo as raras exceções constituídas pelos mestiços integrados à ideologia e ao esquema de dominação vigente.<sup>43</sup>

## 2. TEORIA DO IMPERIALISMO ARIANO: NEOCOLONIALISMO NOS TRÓPICOS

Na introdução à segunda edição do seu livro "Evolução do Povo Brasileiro", O. Vianna se defende contra as críticas recebidas; o autor fora acusado de ser um defensor do imperialismo germânico, num período em que os nazistas subiam ao poder e tornavam-se uma ameaça concreta na Europa. O. Vianna nos explica que tais críticas se deviam somente ao fato dele ter estudado a presença do dólico-louro, do "Homo europeus" de Lapouge, para explicar a psicologia excepcional dos antigos pioneiros paulistas. Apenas isso. Ele nos reafirma que, na verdade, isso não era essencial; ao contrário, ele afirma, — embora sem renegar explicitamente em nenhum momento desta autocrítica suas posições racistas iniciais — que tinha já outras preocupações: "... a questão da raça germânica, do dólico-louro, da sua superioridade... reduziu-se muito na sua importância e acabou saindo das minhas preocupações, *pelo menos no que concerne ao Brasil.* (grifo meu-VP) — Outros problemas mais interessantes e fecundos — o das seleções telúricas, o da aclimação, o da seleção eugênica da imigração, o da assimilação, o dos cruzamentos, o da psicologia diferencial dos tipos antropológicos — tomaram o seu lugar e começaram a me absorver o pensamento e o gosto pela investigação".<sup>44</sup> Sem abdicar, pois, dos temas ao gosto dos racistas, e sem mesmo renunciar aos seus fundamentos, ele se defende contra a acusação de "germanofilia" e anuncia o início de uma nova fase na sua vida intelectual. Reconheçamos, entretanto, que alguma verdade existia na sua defesa: O. Vianna, como veremos, não era efetivamente um "germanófilo", no sentido adquirido pelo termo na medida em que germânico passou a ser identificado com os habitantes da Alemanha.

Confrontemos, entretanto, a defesa de O. Vianna com os textos de Lapouge — ou seja, com a forma como este define o seu "*Homo europeus*". Lapouge define o "Homo europeus" como dólico-louro e amplia a superioridade atribuída por Gobineau aos ários, e especialmente aos germanos, para abranger outros povos (celtas, por exemplo). Uma modificação necessária, tendo em vista as no-

---

43. O. Vianna, *Evolução...* op. cit., p. 162 ss.

44. *Ibidem.* Introdução.

vas funções sociais da teoria racial: não se trata mais da defesa da aristocracia por um nobre chocado com a França revolucionária e obsecado por uma fantasia regressiva calcada em modelos feudais, mas da desfezida dominação interna da burguesia e dos direitos franceses à ação imperialista. Para isso era necessário defender a superioridade do povo francês como conjunto, ao contrário do que fez Gobineau.<sup>45</sup> Lapouge está, entretanto, de acordo com Gobineau em que não existem países onde o dólcio-louro seja a única raça e em que estes constituíram desde sempre os dirigentes. Suas características físicas exclusivas são os olhos azuis e os cabelos louros; são, além do mais, elementos capazes de trabalhar duro, de sacrificar-se por um ideal, de criar intelectualmente, “ao contrário de outras raças de menor valor”.<sup>46</sup> Possuem uma audácia fria, tudo o que fazem é com ousadia; caracterizam-se, finalmente, pela sua capacidade de dominar, pela consciência de que “nasceram para mandar”.<sup>47</sup> O. Vianna aceitando a tese de que esses elementos constituem sempre a classe dominante, busca-os na história brasileira.

Ora, a acusação formulada contra O. Vianna de “germanofilia” coincide com a época em que os alemães exigiam o seu reconhecimento como a raça mais pura e, portanto, buscavam legitimar o direito de conquista e domínio. Nesse sentido, ela era efetivamente injusta. Os autores sobre os quais se apóia O. Vianna não são absolutamente defensores da pureza racial dos alemães (embora, evidentemente, tenham contribuído para o surgimento e desenvolvimento do racismo alemão). Gobineau, com toda a sua extrema simpatia pelos alemães, nunca os considerou mais puros que os ingleses, simplesmente pelo fato de que — associando pureza racial a domínio, e sendo os ingleses o povo dominador na época, não lhe restava outra saída senão lhe imputar a pureza racial que justificasse a dominação: trata-se, pois, desde Gobineau, de uma teoria racial-imperialista. Lapouge e Le Bon, por outro lado, não têm nenhuma simpatia pelos alemães, especialmente depois da guerra de 1870 e da perda da Alsácia-Lorena para os alemães. Trata-se, portanto, de explicar e de justificar o imperia-

---

45. Para Gobineau, a defesa da dominação interna desempenhou sem dúvida um papel mais importante que a justificação do imperialismo, embora esta também esteja presente em sua obra. Tanto é assim que ele nem sequer encontra, na França, editor para a sua “Ethnologie de la France”, onde ele trata de denegrir a imagem dos gauleses, exaltados pelo governo da III.ª República. Por isso mesmo a sua obra encontrará tantos adeptos na Alemanha, onde se cria em Freiburg, no final do século passado, uma sociedade para propagar os seus escritos. A “Ethnologie de la France”, será editada em alemão em 1920 (Munique) sob o título de *Die Bedeutung der Rasse im Leben der Völker*.

46. Vacher de Lapouge, *Der Arier...* op. cit., p. 234.

47. *Ibidem*, p. 240.

lismo inglês e já mesmo o norte-americano. Tanto é assim que o professor Schemann, principal divulgador da obra de Gobineau na Alemanha,<sup>48</sup> faz uma veemente crítica ao seu mestre: Gobineau teria superestimado os ingleses, supondo que a contribuição do elemento celta para a sua formação não era significativa; ele teria, por outro lado, subestimado a quantidade de sangue germânico entre os alemães. A partir de tal crítica, o racismo alemão apresenta suas exigências imperialistas. Mas O. Vianna nada tem a ver com essa pretensão alemã. Ele partilha da opinião de Gobineau de que os ingleses são racialmente mais puros; uma opinião que também é partilhada por Lapouge, que utiliza o conceito de "*Homo europeus*" de Liné, para poder melhor justificar o imperialismo europeu em geral. Não que Gobineau fosse contrário a um imperialismo europeu; ele fala mesmo do "papel civilizador do europeu", embora não acreditasse na "educabilidade das raças inferiores".<sup>49</sup> Mas Lapouge, contrastando com o pessimismo gobinista, defende e anuncia o domínio eterno do "*Homo europeus*" sobre o mundo.<sup>50</sup> Nos seus exemplos, contudo, predominam de forma absoluta os ingleses, detentores das maiores virtudes, afirmando que a raça ariana "se encontra principalmente entre os holandeses, ingleses e americanos".<sup>51</sup> Seu domínio é justificado pelas qualidades derivadas da raça: o ariano "não é apenas um repressor, um tirano, um conquistador. Ele é também intelectualmente o mais forte. Isso esquecem os democratas. Claro que os ingleses e americanos são "raptos orbis"... mas entre si eles são livres. E exatamente porque o ariano nasce com a alma dos homens livres, ele se eleva acima daqueles que são submissos".<sup>52</sup> Ele é um explorador dos fracos, mas é também "o grande promotor do progresso, levando adiante a arte, a indústria, o comércio e todas as ciências".<sup>53</sup> Também Le Bon exalta o impulso de dominação dos ingleses, reconhecendo no desprezo destes pelos estrangeiros um elemento extremamente útil à prosperidade de um povo e dedicando-se em seguida à apologia da constituição mental da raça inglesa (englobando ingleses e americanos);<sup>54</sup> trata-se, portanto, muito mais de uma apologia do anglo-saxão que do alemão.

---

48. Cf. Julius Soliwabe, em sua introdução à edição alemã da "*Ethnologie de la France*" de Gobineau (*Die Bedeutung...* op. cit., pp. 12-14).

49. Gobineau, A. de. *Pages Choiesies...* op. cit., p. 47.

50. Vacher de Lapouge, *Der Arier...* op. cit., p. 219.

51. *Ibidem*, p. 239.

52. *Ibidem*, p. 261.

53. *Ibidem*, p. 261.

54. Le Bon, G. *Lois psychologiques de l'evolution des peuples*. 15.<sup>a</sup> ed., Paris, 1919 (1.<sup>a</sup> ed., 1899) p. 41 ss.

Ora, a aceitação da superioridade anglo-saxônica num período em que os ingleses efetivamente dominavam o país — vindo sua hegemonia ameaçada apenas pelos norte-americanos, portadores das mesmas qualidades — traz implícita a aceitação da política imperialista como legítima. Não é possível dizer-se que O. Vianna é um defensor absoluto do imperialismo exercido sobre nós, porque ele pretendia que o país se arianizasse para poder, no futuro, colocar-se num plano de igualdade em relação aos países arianos. Mas, enquanto isso não acontece, a dominação externa está justificada: há uma solidariedade de raça entre a classe dominante — “aristocrático-rural” ariana, e os invejáveis e audaciosos anglo-saxões”. Eles se associam legitimamente na exploração do resto da população e essa legitimidade só poderá deixar de existir na medida em que o país se arianiza, em que sua população<sup>55</sup> se eleva racialmente: aí, não somente esta população reagirá à exploração, como, em consequência das características arianas adquiridas, formulará suas exigências no que concerne à exploração de outros povos “inferiores”. Da obra de O. Vianna não se pode extrair outra conclusão. Quando o nosso povo finalmente for branco, então teremos democracia interna e seremos imperialistas, provavelmente em relação aos demais países latino-americanos — pode-se especular — onde domina uma população indígena (e, portanto, inferior, de acordo com os critérios de O. Vianna). Desta forma, O. Vianna representa no Brasil não somente uma posição favorável aos interesses neocoloniais, como apresenta uma perspectiva de um futuro imperialismo. Nesse sentido, ele é muito atual como ideólogo das classes dominantes brasileiras, nos dias de hoje.

### 3. O POVO COMO FONTE DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS

Talvez o aspecto da obra de O. Vianna que mais tenha prestado a confusões seja aquele relativo à “indução das nossas instituições políticas a partir das características do nosso povo”. Visto na superfície, é até mesmo uma sedução para as esquerdas; especialmente para a chamada nova esquerda, nascida em grande parte da reação simultânea contra as formulações de um catolicismo reacionário, dominante durante muitos anos no país. Nenhuma idéia foi mais cara aos grupos da esquerda católica e a alguns outros no início dos anos 60, que esta de procurar no povo a “nossa” verdade. No ISEB, Vieira Pinto levou às últimas consequências tal idéia no plano da ideologia;<sup>56</sup> os cristãos não foram

55. Vacher de Lapouge, *Der Arier*... op. cit., p. 242.

56. Vieira Pinto, Alvaro. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, 1960.

menos longe no que se refere ao plano da cultura e da “direção” política a ser seguida. O induzir a partir do povo não somente as instituições — o que seria uma etapa posterior — mas a ideologia, a cultura e o querer político, constitui por vezes a base de programas de transformação social. Teria O. Vianna algo a ver com esse movimento? Se vemos o problema cronologicamente, a idéia da indução da ideologia nasceu no ambiente isebiano que, como se sabe, abrigou muitos elementos egressos do integralismo, profundamente familiarizados com as idéias de O. Vianna. Parece-nos legítimo formular a hipótese de que a propagação desse “populismo” possa ter estimulado, até certo ponto, o surgimento de formas de populismo cultural e político. Uma tal evolução — tanto quanto o afã de explicar a perpetuação do regime autoritário instaurado em 1964 — pode bem ser responsável pela “redescoberta” de O. Vianna em nossos dias; e se é assim, é preciso esclarecer as profundas diferenças que separam os “populistas” de esquerda de O. Vianna, especialmente porque a leitura de sua obra “Instituições Políticas Brasileiras” pode conduzir à subestimação da distância que se coloca entre eles. .

“Oliveira Vianna de *Populações Meridionais do Brasil* e de *Evolução do Povo Brasileiro* utiliza, sem dúvida, um conceito de povo diferente daquele que encontramos em *Instituições Políticas Brasileiras*, fazendo supor uma evolução numa direção mais democrática. O “jovem” O. Vianna utiliza, na verdade, dois conceitos de povo: um quando afirma que “somos um povo de latifundiários”; outro quando repete a afirmação de Alberto Torres, de que “somos uma democracia sem povo”, embora em ambos supondo que povo corresponde a cidadão. Afirmando que “somos um povo de latifundiários”, ele se refere aos únicos cidadãos que reconhece, os que compõem a nossa “aristocracia-territorial”: o conceito de povo prende-se aí, à raça (aos arianos) e às camadas dominantes. Em geral, quando quer se referir a outras camadas da população (o povo que não participa da democracia, os não-cidadãos) ele qualifica o substantivo povo; refere-se, então, ao “baixo povo rural”, sempre identificado como “plebeus”, “massa pululante”, “elementos inferiores da nacionalidade”, “sangues bastardos”, “turba informe de mestiços” etc. Já em *Instituições Políticas Brasileiras* ele fala de povo sem qualificar e sem identificá-lo com os proprietários da terra; ele utiliza um outro conceito de “povo”: o povo como massa, como grandes contingentes saídos das “camadas inferiores”. Utiliza mesmo o termo “povo-massa”, tão caro a Le Bon e aos intelectuais europeus reacionários da primeira metade do século XX.

Vejamos, porém, com que objetivo foi escrita a obra *Instituições Políticas Brasileiras*.”

Com que objetivo foi escrita a obra "Instituições Políticas Brasileiras"? O objetivo é cristalino e os argumentos pouco diferem dos do "jovem" O. Vianna; ganham somente uma nova aparência. Seu objetivo é o combate à democracia formal, ao sufrágio universal; considerando a época em que foi escrito, trata-se de um combate à redemocratização. Ora, O. Vianna, depois da revolução de 30 e especialmente durante a ditadura de Vargas, lança-se com entusiasmo à defesa do corporativismo; a ditadura de Vargas lhe aparece como ideal: uma forma autoritária de governo que contém as "camadas inferiores", assegurando o domínio das elites e do sul-ariano, ao mesmo tempo que integra aquelas camadas através de organizações corporativas.<sup>57</sup> A queda da ditadura e a redemocratização lhe aparecem como uma ameaça ao "statu quo", como um instrumento da "ascensão das massas" — tema sobre o qual concentrava-se a literatura européia reacionária — e, portanto, como uma ameaça à civilização. Sua argumentação desenvolve-se, assim, no sentido de mostrar que, em vista da nossa evolução histórica, não estávamos preparados para o exercício da democracia. Tal como no início do século, ele não trava um combate aberto, visando diretamente o inimigo presente, mas dedica-se ao estudo da nossa história, para dela deduzir a falta de adequação das medidas políticas presentes. Ele mesmo estabelece este elo da sua nova obra com as obras anteriores, ao afirmar que seu livro de 1949 pretendia ser uma sociologia das instituições políticas brasileiras, iniciada em "Populações Meridionais do Brasil" — livro que ele qualifica como um estudo da mentalidade e dos modos de comportarse dos diversos tipos de brasileiros na vida política.<sup>58</sup>

O "velho" O. Vianna combate a prática dos "transplantes culturais", mas fixa-se num único transplante, repetindo argumentos que já estão presentes em "evolução do povo brasileiro". Ele combate o transplante das instituições políticas inglesas, em desacordo com os nossos "modos costumeiros" de vivência política e tradições sociais;<sup>59</sup> tal regime nada tinha a ver com a estrutura da nossa sociedade, "nem correspondia a nenhuma exigência do seu espírito".<sup>60</sup> Isso não o impede de manter a sua admiração pelos ingleses. Quando ele combate em Rui Barbosa o "pensar como os ingleses", não é que ele houvesse encontrado uma forma de "pensar brasileiro": ele pensa como a reação francesa em face da França revolucionária. E' sobre tal base que ele faz a crítica da constituição<sup>61</sup> e aparece como sociólogo que exige o estudo das

---

57. O. Vianna, *O idealismo na Constituição*. 2.<sup>a</sup> ed., S. P., 1939, pp. 211-216.

58. O. Vianna, *Instituições...* op. cit., p. 313.

59. *Ibidem*, p. 166.

60. *Ibidem*, p. 305.

61. O. Vianna, *O idealismo...* op. cit.

nossas peculiaridades, para que se pudesse reconhecer a nossa inferioridade política. O que mudou, então, em O. Vianna? Mudou, de certo modo, sua atitude em relação à “aristocracia rural” — agora acusada de ser responsável pela nossa experiência política negativa, devido ao seu individualismo e ao fato de ter colocado sempre os seus interesses pessoais acima dos interesses coletivos. Mas isso não abalava a sua admiração pelos “grandes homens”; nem mesmo o fazia aceitar plenamente a República.<sup>62</sup>

Ela não favorecia a formação e a seleção dos homens excepcionais, dos homens que trazem “a marca do rei”. Haveria uma linguagem mais “gobinista”?<sup>63</sup> Ele critica, no entanto, o autoritarismo do senhor de engenho, a forma como sempre foi conduzida a nossa política local, impedindo que se formasse uma consciência coletiva e de solidariedade comunal e que alcançássemos certo nível de cultura política. Ele desloca, sem dúvida, a sua análise das características dos nossos “homens excepcionais” para a análise das características do nosso povo comum; tal deslocamento, porém, não significa uma rutura, mas uma complementação (não muito diversa da que encontramos nas obras anteriores enquanto análise do desejo das classes “inferiores” de serem conduzidas): enquanto as primeiras serviam para demonstrar a grandeza da classe dominante, as últimas servem para demonstrar a incapacidade das classes dominadas, especialmente no que concerne à participação política.

O que faltava ao povo brasileiro para que ele pudesse exercer sua capacidade política? Faltava-lhe o “sentimento do Estado Nacional, isto é, a consciência, em cada cidadão do povo-massa, de um destino ou uma finalidade nacional”.<sup>64</sup> O conhecimento dos interesses da coletividade nacional. Tal “consciência nacional” existia em alto nível entre os anglo-saxões, por isso o regime democrático funciona entre eles; mas em outros povos ele revela “falhas e perigos”. E tal consciência não se improvisa: deve estar presente na cultura do povo, na psicologia dos cidadãos, nas suas tradições e costumes, pois caso contrário degenera.<sup>65</sup> Entre nós, se estudamos nosso povo, verificamos que esta consciência só existe no espírito das elites cultas e não na massa: “O povo brasileiro, observado como povo-massa, só pode ser considerado uma unidade... quando visto pela cultura e consciência de suas elites”.<sup>66</sup> Por isso a instauração do regime democrático entre nós é algo que deriva do desconhecimento do nosso povo, “é pura criação do “margi-

---

62. O. Vianna, *Instituições...* op. cit., p. 33.

63. Ver por ex.: *Les Pleiades*, romance no qual Gobineau narra a história de 3 viajantes “filhos de rei”.

64. O. Vianna, *Instituições...* op. cit., p. 179.

65. *Ibidem*, pp. 179-181.

66. *Ibidem*, p. 116.

nalismo” das nossas elites políticas”.<sup>67</sup> Estava, pois, justificada a dominação política das elites; e O. Vianna faz uma proposta concreta que consiste na eliminação do sufrágio universal, na instituição de colégios eleitorais nos diversos níveis (municipal, estadual, nacional), na distinção entre eleitores e elegíveis.<sup>68</sup>

As mudanças observadas em O. Vianna que, como veremos no próximo item, não significam o abandono completo do racismo — demonstram um certo deslocamento das influências sofridas pelo autor: *Instituições Políticas Brasileiras* — é uma obra que se apóia menos em Gobineau e Lapouge — como as anteriores — e que pode ser qualificada como um resultado da predominância da influência de Gustave Le Bon. Aceitando agora — depois do final da segunda guerra mundial, ou seja, depois da derrota do nazismo — que o fator racial não era o único fator determinante da evolução dos povos, O. Vianna vai buscar novas fontes teóricas na direita européia, ainda racista e imperialista. Nada poderia ser mais adequado que Gustave Le Bon: por um lado, ele não se afasta dos princípios racistas;<sup>69</sup> e, por outro, ele deixa de lado o arianismo para desenvolver o conceito de “raças históricas”. As raças puras já não existiam, restando apenas aquelas resultantes de cruzamentos sucessivos, mas submetidas durante séculos a uma vida comum, que implica em interesses e instituições comuns. Ora, tais raças históricas formam um povo, cuja civilização repousa sobre um pequeno número de idéias fundamentais, das quais derivam suas instituições, sua literatura, suas artes, e que se formam lentamente — ao longo dos séculos — penetrando fundo na alma das massas.<sup>70</sup> O meio condiciona a distância intelectual e moral que separa as classes sociais, distância essa que se cristaliza fisicamente através da lenta transformação dos caracteres hereditários. Mas Le Bon oferece, além deste tipo de argumentos, também uma psicologia das massas que justifica plenamente a dominação de classe e que decorre dos argumentos anteriores: se os povos históricos se formam durante a vigência de profundas desigualdades sociais, a “alma” desses povos está impregnada de características decorrentes da influência secular da desigualdade. E, se as instituições devem ser induzidas na “alma” desse povo, elas

---

67. O. Vianna, *Instituições...* op. cit., p. 224.

68. *Ibidem*, pp. 33 e 214 ss. Ver também em *Problemas de política*, 2.<sup>a</sup> ed., S. P., 1947, p. 290. Ainda neste livro O. Vianna afirma que o caminho da nossa democracia não era eleger um parlamento, mas desenvolver conselhos técnicos que ouvissem as classes sociais, a exemplo do que ocorria na Itália fascista (pp. 182-226).

69. Le Bon, Gustave — “a raça é a pedra angular sobre a qual repousa o equilíbrio das nações”, determinando os limites dos sonhos de conquista”. *Lois psychologiques...* op. cit., p. 3.

70. *Ibidem*, p. 15 ss.

só poderão ser instituições que perpetuem, no fundamental, a dominação preexistente.<sup>71</sup> A mudança não está excluída, mas ela se processa na escala de séculos.

É também em Le Bon que O. Vianna vai encontrar a crítica dos transplantes, da “exportação de instituições da metrópole”. Le Bon dedica boa parte de seu trabalho à demonstração de que, sendo as instituições uma “manifestação da alma das raças”, não é possível transpô-las de um povo para outro; e como exemplo de que tal processo não pode dar certo ele oferece o da “decadência das repúblicas hispano-americanas”, apesar das instituições políticas idênticas às da Europa.<sup>72</sup> O. Vianna vai então buscar estudar a “alma” do povo brasileiro, pesquisar as suas características adquiridas historicamente a partir da realidade racial da mestiçagem; ao fazê-lo ele segue expressamente a recomendação de Le Bon, de que o estudo aprofundado da constituição psicológica dos povos — instrumento capaz de esclarecer sua história e suas instituições — deve ser a base da política e da educação.<sup>73</sup> Constatando a prática do autoritarismo das classes dominantes sobre o “povo-massa” ao longo dos séculos, O. Vianna só poderia chegar à conclusão desejada: a da inadequação do regime democrático à psicologia do povo brasileiro e, portanto, da inoportunidade da redemocratização. A indução das nossas instituições a partir das características do nosso povo é, pois, em O. Vianna, uma proposição falaciosa; ao propô-la, ele já sabe a que conclusões autoritárias e anti-democráticas pretende chegar. Tal como antes ele defendia a dominação da “aristocracia rural” porque o povo, racialmente inferior, precisava de um chefe forte, combate ele agora a democracia parlamentar porque o povo não a quer, não a pediu, não está acostumado a ela, não a necessita, porque ela não está de acordo com a sua “alma”: “o que o povo quer é liberdade civil e individual”, não opinar sobre o governo do país”.<sup>74</sup>

#### 4. SOBREVIVÊNCIA DO RACISMO NO “VELHO” OLIVEIRA VIANNA

No desenrolar de “Instituições Políticas Brasileiras”, não encontramos referências explícitas ao papel da raça ariana na formação do Brasil. Também na introdução a este livro O. Vianna discute as diversas teorias antropológicas, como se fora à guisa de auto-

---

71. O livro mais conhecido de Le Bon (*Psychologie des Foules*, Paris, 1895) está dedicado a estudar a psicologia das multidões para facilitar a manipulação das massas (ver p. 5, Introdução).

72. Le Bon, Gustave. *Loys Psychologiques...* op. cit., p. 120 ss.

73. *Ibidem*, p. 121.

74. O. Vianna, *Instituições...* op. cit., p. 227 ss.

crítica pelo seu passado teórico. Ele não somente elogia a antropologia funcionalista moderna como ataca as pretensões de monocausalismo das teorias ultrapassadas; inclui entre estas, explicitamente, as teorias racistas de Gobineau e Lapouge. Aceita mesmo alguns postulados da escola culturalista e afirma expressamente na nota 39 “estar longe do pan-racismo” das “Sélections Sociales” de Lapouge. A partir daí, porém, ele não somente deixa claro que segue sempre a moda francesa em antropologia, como reafirma sua fé na influência decisiva dos fatores raciais e biológicos. Segundo ele, a “etnologia francesa se deslocou para o conceito de ‘etnia’ — uma realidade sócio-psico-biológica, de base hereditário-biológica”.<sup>75</sup> Não corresponde isso acaso a uma passagem de Lapouge a Le Bon? Por outro lado, ele combate os culturalistas que se recusam “a fazer intervir na formação e evolução das sociedades e da civilização, os fatores biológicos, negando qualquer influência ao indivíduo ou à raça e à sua poderosa hereditariedade”.<sup>76</sup> Na discussão que se segue a tais afirmativas, O. Vianna defende — mais uma vez — o mito do homem excepcional, do “homem de gênio”, colocando-se contra as teses da unidade fundamental da espécie humana e da igualdade psíquica de todas as raças.

As reafirmações de uma posição racista ficam claras no comentário aos escritos de Ralph Linton. Este teria afirmado que existem diferenças psíquicas entre os povos primitivos; O. Vianna estende, então, tal afirmação aos povos modernos, com o argumento de que “os tipos raciais das fases primitivas são morfologicamente os mesmos de hoje”,<sup>77</sup> para afirmar em seguida que “a sociedade terá que reconhecer na gênese das culturas e nas transformações das sociedades não apenas o papel da hereditariedade individual e do grande homem, mas mesmo o papel da raça”.<sup>78</sup> Estava, pois, reafirmada a sua crença não somente na desigualdade das raças humanas mas também, dentro dela, do papel do eugenismo que — atuando através da herança individual, direta — possibilita a aparição dos grandes homens. Ora, isso explica porque O. Vianna, embora desenvolvendo nessa discussão teórica uma aparente autocrítica, não revê concretamente as posições por ele defendidas em seus livros anteriores; em nenhum momento ele condena qualquer das suas afirmações anteriores e nem mesmo a direção escolhida para sua interpretação da história brasileira. Ao contrário, ele cita as suas obras anteriores, apóia-se nelas para desenvolver seus argumentos como se tal discussão não atingisse o valor

---

75. O. Vianna, *Instituições...* op. cit., p. 55.

76. *Ibidem*, p. 55.

77. *Ibidem*, pp. 66-67.

78. *Ibidem*, p. 69.

do seu trabalho anterior. E isso só era possível na medida em que ele reafirmava, apesar de tudo, suas posições iniciais.

A passagem à influência predominante de Le Bon, aliás, em nada abalava os supostos racistas de O. Vianna; tal influência era possível exatamente porque se realizava dentro do quadro de referência do racismo. Tanto quanto Gobineau ou Lapouge, Le Bon também parte da afirmação da desigualdade física e mental entre as raças; ele partilha com seus predecessores na preferência de O. Vianna também da admiração pelos anglo-saxões (especialmente pelo seu “impulso à dominação”), do desprezo pelos povos latinos (revolucionários e ao mesmo tempo com imensa necessidade de serem governados), da exaltação das elites como responsáveis pela civilização e pelo progresso.<sup>79</sup> O que Le Bon introduz — além da enfatização da inferioridade da mulher em relação ao homem e do ataque sistemático ao socialismo — é a aceitação de que as raças de hoje são produtos de misturas raciais e de que tais misturas compõem o quadro dentro do qual emergirá um povo, depois de séculos de vida em comum. Mas nem todas as misturas são positivas, para ele; somente as misturas entre raças semelhantes podem se processar sem afetar os “elementos de estabilidade da alma ancestral”.<sup>80</sup> Misturas entre raças distintas produzem somente “ingovernáveis” mestiços. Ora, nada disso se chocava com as concepções anteriores de O. Vianna.

Apesar de tudo isso, não é possível afirmar que o racismo apareça claro no desenrolar de “Instituições Políticas Brasileiras”. Não fora sua introdução, com a sua como que meio envergonhada reafirmação do racismo, poder-se-ia deixar de perceber a sua presença. O fato se explica pela própria aplicação, à realidade brasileira, dos princípios indicados por Le Bon. O racismo constitui aí apenas o pano de fundo, a “última instância” da explicação, que não precisa vir à tona, na medida em que a análise transcorre num outro plano, que é aquele no qual Le Bon apresenta algo de novo: o da análise da “alma” dos povos, forjada através dos séculos como resultado da ação do meio, cuja estabilidade explicava a necessária preservação do “statu quo”. O deslocamento da sua análise sob a influência de Le Bon, porém, não deve aparecer como algo casual, sem compromissos com a realidade presente. Afinal, ao escrever “Instituições Políticas Brasileiras”, depois da derrota nazista e da desmoralização política das teses racistas, O. Vianna bem sabia que não existiam condições para retomar abertamente seus temas e teses anteriores; Le Bon representava, então, uma alternativa; seguindo-o O. Vianna lograva manter-se dentro dos

---

79. Le Bon, Gustave. *Lois psychologiques...* op. cit., p. 40 ss.

80. *Ibidem*, Prefácio à 1.ª ed. (escrita em 1916), p. 8.

trilhos do racismo sem expor-se como antes e continuava a alimentar-se espiritualmente nas fontes do pensamento europeu da extrema direita.

## 5. CONCLUSÃO

Na exposição precedente procuramos mostrar a vinculação direta da obra de O. Vianna à dos autores racistas europeus do século XIX e início do século XX. As obras mais ambiciosas de O. Vianna não são, na verdade, mais do que mera aplicação das idéias de seus mestres europeus ao estudo da história brasileira; nelas domina, na fase inicial, o "gobinismo" associado aos acréscimos que lhe fez Vacher de Lapouge e, na sua obra mais recente, a influência das idéias de Gustave Le Bon. Nesta evolução O. Vianna atende ao papel de candidato a ideólogo das classes dominantes de forma constante, refletindo mesmo as transformações sofridas pela sociedade brasileira. No início do século o autor de "Populações Meridionais do Brasil" procurava no Brasil-colônia, gobinisticamente, uma aristocracia de sangue de origem portuguesa composta de "dólico-louros": o Brasil havia sido povoado por "fidalgos de linhagem aristocrática", "pertencentes naturalmente ao tipo dos grandes migradores dolicoídes".<sup>81</sup> Mas ele deixa, bem de acordo com as formulações de Lapouge, lugar à ascensão social dos "arianos", justificando assim a dominação oligárquica em bloco, ou seja, englobando aí também as oligarquias de constituição mais recente. Já em meados do século, sob a influência de Le Bon, a sua justificação se amplia para atingir a classe dominante, a "elite dos povos históricos", na sua recente diversidade. Sua obra está comprometida com uma corrente na filosofia da história que evolui do arianismo puro e simples para o darwinismo social, que se expressa de forma especialmente clara na obra de Vacher de Lapouge. No darwinismo social abre-se o caminho para formulações como a de Le Bon tanto quanto para a dos historiadores como Spengler e Toynbee, a quem O. Vianna presta homenagem na introdução a "Instituições Políticas Brasileiras"; uma única citação de Lapouge é capaz de tornar clara essa verdade: "É a seleção que, modificando a composição dos povos, faz emergir camadas novas e prepara, no seio das massas, os fenômenos que determinam a vida e a morte, o crescimento e o declínio das nações".<sup>82</sup> Seguindo tal corrente, interpretando a história brasileira em função predominantemente de fatores raciais e enfatizando o papel do biológico na "seleção social" das elites bem como o desempenho destas na

---

81. O. Vianna, *Evolução...* op. cit., p. 130.

82. Vacher de Lapouge, *Les Sélections...* op. cit., p. 61.

história, O. Vianna se coloca como um representante nativo do darwinismo social.

No entanto, a obra de O. Vianna tem sido vista como "nacionalista". Sem dúvida O. Vianna abre-se para o estudo da realidade brasileira em sua especificidade, o que é uma virtude. Isso pode, porém, ser pouco original, se levamos em consideração que na mesma época outros autores conservadores fizeram o mesmo (Alberto Torres, Gilberto Freyre) e se nos lembramos que O. Vianna lança-se ao mesmo tempo que o movimento modernista, no bojo do qual os estudos sobre aspectos particulares do Brasil desempenhou um papel importante. Se o interesse pela realidade empírica brasileira era relativamente amplo nesta época, é preciso avaliar o interesse e o trabalho de O. Vianna dentro do conjunto da produção intelectual do seu tempo. Representaria, acaso, abertura ao empírico em O. Vianna um passo à frente em relação aos seus contemporâneos? Numa época em que os intelectuais brasileiros condenavam o "suspirar pela Europa", O. Vianna fazia uma transplantação direta das teorias racistas francesas à realidade brasileira; e não é difícil a qualquer conhecedor superficial da história brasileira, perceber que O. Vianna selecionou os fatos históricos para adaptá-los à sua teoria racial, sem qualquer sutileza. Sua abertura ao empírico era, assim, limitada pelos critérios de percepção seletiva determinados pelos seus "a priori" ideológicos.

Quer-se ainda ver na obra de O. Vianna uma defesa da "civilização brasileira". Não é preciso aqui repetir argumentos anteriores; basta lembrar que, para ele, "civilização" está ligada aos arianos. A defesa da "civilização brasileira" é, portanto, a defesa dos brancos contra a barbárie do resto da população. E isso tem a ver com o racismo, não com o nacionalismo. Pretende-se, por outro lado, ressaltar o fato de que O. Vianna manifesta-se contra os "transplantes culturais". Num autor que transplanta tão literalmente as teorias francesas (e se orgulha disso), tal manifestação soa paradoxal; mas o paradoxo se desfaz quando ele refere direta e exclusivamente a sua crítica à tentativa de aplicar o modelo político inglês, democracia representativa, ao Brasil. Assim, a crítica aos transplantes é, em sua obra, apenas um instrumento para combater qualquer espécie de democratização, qualquer forma de participação política da população "mestiça". De resto, o transplante cultural deveria ser a regra, já que a "civilização brasileira" em nada diferia da sua matriz européia ariana; o transplante reduz-se à utilização das fontes legítimas de uma única e mesma cultura.

Em "Instituições Políticas Brasileiras" O. Vianna aparece como alguém que exalta a "consciência nacional", o "sentimento da nacionalidade", num estilo que lembra Alberto Torres. Mas, qual a

função deste nacionalismo, num momento em que domina a influência de Le Bon, ou seja, num momento em que é preciso associar ao argumento racial outros argumentos para legitimar a dominação de classe? O. Vianna exalta a “consciência nacional”, o “sentimento nacional”, na medida em que os atribui exclusivamente à classe dominante, à “elite do povo brasileiro” — única camada da população a poder opinar, porque a única a possuir a “consciência nacional”. Isto serve de argumento para combater a redemocratização e propor a eliminação do sufrágio universal.

Por outro lado, o “populismo” de O. Vianna resume-se na fórmula encontrada pela extrema direita para legitimar o “statu quo” com base no “caráter”, na “alma” dos povos, nas suas características psicológicas inconscientes, formadas historicamente a partir de uma base estável: a raça. O que O. Vianna faz em “Instituições Políticas Brasileiras” é aplicar à realidade brasileira aquilo que Gustave Le Bon indica no capítulo 1, livro III, do seu “*Lois psychologiques de l'évolution des peuples*” (sobre “como as instituições derivam da alma do povo”), como filosofia da história: “a história... pode ser considerada como simples exposição dos resultados engendrados pela constituição psicológica das raças... sem o conhecimento prévio da constituição mental de um povo, sua evolução torna-se um caos de acontecimentos que parecem não ter senão o acaso como senhor”.<sup>83</sup> A “alma” de um povo se constituiria, a partir da raça, como a associação de caracteres morais e intelectuais “que representam a síntese de seu passado, a herança de seus antepassados”:<sup>84</sup> ao longo do tempo numa “lenta acumulação hereditária” cria-se uma “comunidade de sentimentos, crenças, interesses”.<sup>85</sup> Isto se estabelece de forma estável no inconsciente dos povos e não se pode mudar por decreto; em síntese, um povo formado sob as condições de uma sociedade altamente hierarquizada desenvolve costumes, instituições, crenças etc., de acordo com elas, ou seja, a sociedade passa a poder se preservar porque suas leis se incorporaram ao inconsciente coletivo. Ora, estudando a constituição do povo brasileiro, as condições da sua formação (autoritarismo, domínio oligárquico etc.) a sua “alma”, para a partir dela julgar a propriedade ou a impropriedade das instituições políticas vigentes — baseando-se nos critérios de Le Bon e com o objetivo claro de combater qualquer tipo de democratização — O. Vianna teria que, necessariamente, encontrar argumentos para concluir pela necessidade de um regime forte. Um regime que promovesse “reformas orgânicas”, ou seja, reformas

---

83. Le Bon, Gustave. *Lois psychologiques...* op. cit., p. 115.

84. *Ibidem*, p. 23.

85. *Ibidem*, p. 27 ss.

que não modificam os fundamentos da sociedade e que, por isso mesmo, estão de acordo com as "tradições vivas, os usos e costumes do povo-massa"; com sua "alma": reformas de cima para baixo, criando não a "liberdade para" mas a obrigação de",<sup>86</sup> já que segundo tradição brasileira "sempre tudo veio de cima", supondo-se que entre as características psicológicas do "povo-massa" a obediência e a necessidade de ser dirigido autoritariamente tivessem se incorporado como parte de sua "alma". Tudo isso encaixa muito bem com as concepções do "jovem" O. Vianna: com a sua análise das necessidades psicológicas da "ralé pululante" colonial, com o papel reservado aos grandes homens e mesmo com a necessidade de esperar até que a arianização da população brasileira se processasse inteiramente, para então se poder pensar na democratização do país.

Pode-se, no entanto, levantar às nossas considerações a objeção de que O. Vianna faz, em sua obra, observações que correspondem à realidade; ele diz, afinal, algumas verdades. Mas quem não as diz, numa obra de tantos volumes? Não são um punhado de observações justas sobre a realidade, pinçadas de seus livros, que podem dar à sua obra maior ou menor valor; num conjunto comprometido com o racismo e desenvolvido em função das necessidades de legitimação das classes dominantes, também o detalhe fica comprometido. Este comprometimento é tão profundo que determina não somente as suas conclusões mas também a sua seleção nos fatos que percebe e, aqui e acolá, as fantasias que formula. Por isso mesmo, a sua obra ajuda muito pouco a esclarecer o passado brasileiro, seu valor como interpretação da realidade é muito restrito. Seu estudo apresenta sem dúvida interesse enquanto manifestação de uma ideologia de classe que circula, dominante, por amplos círculos da sociedade brasileira.

---

86. O. Vianna, *Instituições...* op. cit., p. 116 ss.